

Opinião do Leitor

Educação O ensino privado em debate

“Estarrecido com o que leio nesse CORREIO BRAZILIENSE de 26/10, não consigo resistir ao impulso, por absoluta necessidade de exercer o direito de cidadão, de responder ainda que de maneira precária, à poderosa, rica e bem organizada classe dos marajás do ensino particular deste nosso pobre, sofrido e tão explorado País. Trata-se de matéria paga pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) e pela Associação dos Educandários Católicos. Pelo conteúdo sofismático, e não poucas vezes inverídico, mas bem articulado no sentido dos objetivos da rica classe, tudo leva a crer que o material deve estar circulando pelas principais cidades desse País, através de seus principais jornais, onde são patentes os interesses econômicos do grupo. As vésperas da instalação da nova Constituinte, em meio a uma crise de abastecimento de gêneros alimentícios e outros bens de consumo, o Governo acuado com as possíveis correções que tem que fazer no Plano Cruzado e ainda enfrentando pressões no âmbito do comércio exterior, entre outras coisas, parece ser o momento para que, mais uma vez, os proprietários de escolas particulares, hábeis em auferir vantagens nessas ocasiões, lancem os primeiros petardos na direção da obtenção de maior lucro para os seus cofres. Mas o que impressiona nessa classe, além de seu senso de oportunismo, é a sua capacidade para sofismar e escamotear a verdade. Vejamos. A referida matéria começa dizendo que várias escolas particulares vêm concedendo aumentos aos seus professores, “mesmo sem condições”, para evitar que estes se evadam em busca de melhores salários em outras atividades. Ora, no mínimo a Fenen está subestimando o grau de informação e capacidade analítica das autoridades do País e das famílias que mantêm alunos em escolas particulares, a quem ela dirige a matéria. Todos sabemos que o mercado de trabalho no País é extremamente limitado e, no caso dos professores, é muito estreita a margem de manobra para uma readaptação a novas funções, sobretudo bem remuneradas. Em consequência, essa evasão mencionada é, pelo menos, falaciosa.

Em seguida, a nota menciona que há uma apreensão dos pais de alunos com o possível fechamento das escolas particulares em 1987. Aqui percebe-se claramente a intenção do plano que articulam os senhores proprietários de escolas. Primeiro, causar pânico na família de classe média, normalmente afeita ao comportamento de ter os filhos em escola paga, muito mais por um traço determinado pelo perfil do status social do que por discernimento ou convicção pedagógica. Mas isso não deve amedrontar mais a ninguém. São inúmeros os pais que hoje têm consciência de que isso não passa de manobra pueril, pois, caso isso viesse a ocorrer, o poder público, os próprios professores ou mesmo os pais teriam, em conjunto ou isoladamente, a condição necessária e suficiente para gerenciar o funcionamento dessas escolas. E é muito possível que de forma bem mais aceitável para os indivíduos e para a comunidade como um todo. Porém, o mais perigoso parece ser o renascimento de um enfoque já desenvolvido por esse grupo na década de 1950, quando da grande luta que se travou neste País em defesa da educação pública e que culminou com a vitória dos comerciantes do ensino, consubstanciada na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961. Aqui, a estratégia começa mostrando que os recursos para a educação são provenientes dos cofres públicos cuja origem são “os impostos pagos pelo povo e pelas empresas”. Em consequência, cabe ao Governo, segundo os donos das escolas, conceder bolsas de estudo à população para que esta coloque os filhos na escola particular. Reverte-se assim a função precípua dos recursos públicos, no que respeita à educação, isto é, aquela de oferecer escola para todos. Por esse mecanismo, os recursos públicos devem alimentar os negócios privados. O grande sofisma aqui é o de que cabe ao cidadão “escolher” a “educação” e a “escola” que mais lhe convém, pois se assim o Estado não proceder estará se conduzindo na direção de “regimes totalitários de direita ou de esquerda”. Reafirma ainda a nota da Fenen que estamos caminhando “nos rumos da estatização do ensino”. Se todos esses argumentos pueris já não tivessem sido sepultados há 30 anos, restar-nos-ia a realidade do momento. Cabe lembrar que até hoje não se tem notícia de nenhuma escola particular que tenha passado aos domínios do Estado e muito menos se tem notícia de qualquer projeto do Executivo ou do Legislativo que diga que as escolas particulares serão estatizadas”. Luiz Cassemiro dos Santos, Lago Sul.

Cartas para: Redação do CORREIO BRAZILIENSE, Setor de Indústrias Fráficas, Quadra 2, Lotes 300/350, CEP 70.610. As cartas poderão ser resumidas, por falta de espaço ou clareza, e deverão ter nome completo, assinatura e endereço que permitam confirmação prévia.